

OS CASTELLA DO BAIXO ALENTEJO. O CASO DO MONTE MANUEL GALO

CATARINA ALVES¹ BOLSEIRA DA FCT. UNIARQ.

Resumo

Ao longo da faixa Sul da península alentejana encontram-se implantados, em cerros pouco destacados mas com amplo domínio visual e, presumivelmente, com boas condições de defesa os chamados *castella* do Baixo Alentejo. A presença destes sítios observa-se, por norma, próximo de terrenos de baixa potencialidade agrícola e sempre junto de pelo menos um curso de água. Esta nova forma de ocupar o território de origem romana caracteriza-se por construções em alvenaria insossa com um edifício central de planta quadrangular (torre) e sucessivas plataformas artificiais muradas. Este tipo arquitectónico romano, de aspecto turriforme, com maior concentração nos concelhos de Castro Verde e Almodôvar, surge mencionado na bibliografia portuguesa desde o final do século XVIII.

Palavras chave: *castellum*, Baixo Alentejo, romanização

Summary:

Along the southern strip of Baixo Alentejo's peneplain the so called *castella* are deployed in a short but prominent hills with wide visual field and presumably in good condition for defense, close to the low agricultural potential land and always with at least a watercourse nearby. This new way of occupying the territory is characterized by masonry buildings with a central quadrangular plant (tower) and successive walled artificial platforms. This Roman architectural type, with turreiforme aspect has a larger concentration in the municipalities of Castro Verde and Almodôvar and appears in the portuguese literature from the late eighteenth century.

1. Enquadramento Geográfico

O sítio arqueológico de Monte Manuel Galo situa-se na freguesia de São Miguel do Pinheiro, do concelho de Mértola, no Baixo Alentejo. Dista para Sul cerca de dois quilómetros do Monte homónimo e quinze da sede de concelho.

Ocupa um cerro configurado por acção antrópica, composto por três plataformas, genericamente quadrangulares e quase planas, com uma altitude máxima que ronda os 230 metros.

Pela vertente Sul-Sudoeste o cabeço é sobranceiro ao barranco do Telheiro, um dos cursos de água derivados da ribeira das Carreiras, importante afluente do rio Guadiana que, a par das ribeiras do Cobres e Oeiras, atravessa o território no sentido Sudoeste-Nordeste, perpendicularmente à faixa piritosa alentejana (v. figuras 1 e 2).

Desta zona, localizada na extremidade Sudeste da dita faixa piritosa, são característicos os xistos argilosos com veios metalíferos, onde o relevo não é dotado da planura da zona de Beja, mas continua pouco acidentado, limitado a Sul pela serra algarvia e marcado, pontualmente, a Norte, por exemplo, pela serra quartzítica da Alcaria Ruiva. O Monte Manuel Galo, não sendo completamente discreto na paisagem, encontra a Norte o "bloqueio" de duas outras elevações com cotas superiores, o que não sucede em todo o arco Sudeste-Sudoeste, em relação ao qual dispõe de uma extensa visibilidade, em solos pobres e pouco aptos à agricultura (v. figura 3).



Figura 1
Localização do
Monte Manuel Galo
(Mértola) no território
português

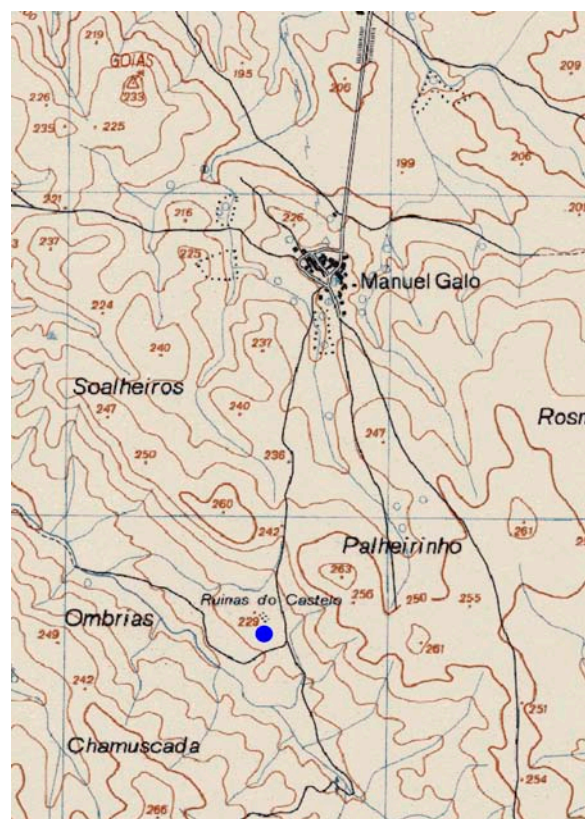


Figura 2
Localização do Monte
Manuel Galo na CMP
1:25000, folha nº 565

2. História das investigações

As primeiras referências que se conhecem aos posteriormente chamados *castella* do Baixo Alentejo, e inclusive os primeiros registos cartográficos de alguns destes sítios, nas proximidades de Castro Verde, datam de finais do século XVIII e inícios do seguinte, pelo então bispo de Beja, Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas (Villas-Boas, 1813). Não se podendo considerar parte activa na história das investigações deste tipo de sítios refira-se apenas a menção bibliográfica de 1897, da autoria de Gabriel Pereira (Pereira, 1897).

Dezoito anos mais tarde, José Leite Vasconcelos visita alguns destes sítios (como o Castelo da Amendoeira, de Vale de Mértola ou o Castelo dos Mestres) e toma conhecimento oral de outros, que só em 1933 dá à estampa nas “Excursões ao Baixo Alentejo” (Vasconcelos, 1933, p. 233-245). Ainda que naquela altura da sua vida científica se dedicasse preferencialmente à elaboração da Etnografia Portuguesa, acabou por descrever-los topograficamente e referindo algumas notas soltas de que ia tendo conhecimento, mesmo sem ver os materiais e sítios *in loco*. Destaque-se o caso das nove lucernas descobertas no Castelo da Amendoeira, Castro Verde e das “chocolateiras e panelas de cobre” provenientes do Castelo dos Mestres, Almodôvar (Vasconcelos, 1933, p. 235 e 245.).

A identificação do sítio do Monte Manuel Galo data, contudo, de 1971, na sequência das prospecções levadas a cabo por Caetano de Mello Beirão no Baixo Alentejo. Este será, então, o primeiro de um conjunto de edifícios sujeito às intervenções arqueológicas de Manuel Maia (Maia, 1974a e b), especialmente centrado nos monumentos de Castro Verde. Assim, é nos anos '70 (após a escavação do Castelo da Lousa, em Mourão) que se inicia, por um período de mais de 10 anos, aquela que pode ser considerada como a primeira abordagem de carácter científico sistemático deste conjunto de edifícios.



Figura 3
Vista de Norte
do sítio arqueológico

3. Arquitetura²

Manuel Maia realizou três campanhas de escavação em Monte Manuel Galo (entre 1972 e 1977) que deram a conhecer as três plataformas edificadas. Sobre a primeira, com cerca de 37,50 x 43,50 metros de dimensão máxima, foi implantado um edifício central de planta quadrangular, com 14,60 x 14,90 metros, dotado de muros de cerca de 1 metro de espessura, perfazendo o seu perímetro uma área bruta de 217.54 m². O interior deste foi subdividido em três naves de área equivalente que correm no sentido Este-Oeste. As laterais encontram-se subdivididas perpendicularmente, formando salas de dimensões variadas que comunicam com a central, indivisa, mediante portas de cerca de 1 metro de largura. Assim, a Norte foram registados quatro compartimentos e a Sul três (v. Figura 4). Se a circulação no interior deste núcleo é simples de avaliar, o acesso ao mesmo continua por apurar. Os trabalhos desenvolvidos não puseram a descoberto vestígios de escada pelo exterior, nem abertura de vão pelo interior. Os muros conservam cerca de 1 metro em altura e não se identificaram entaipamentos posteriores à arquitectura de raiz, pelo que a existência de porta ao nível do pavimento, como seria de supor, é inexistente e o acesso ao espaço edificado seria feito noutros moldes.

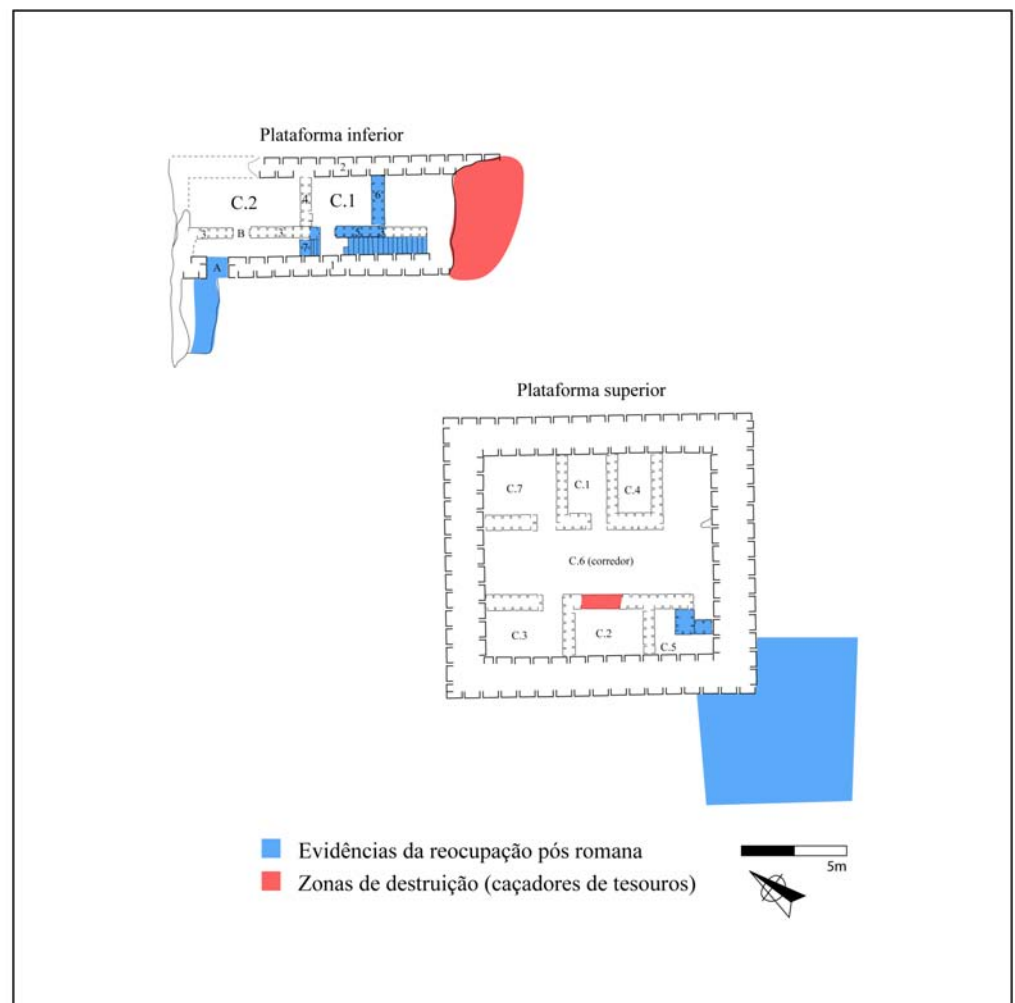


Figura 4
Planta do sítio
arqueológico.
Adaptado de Maia,
1978

De todos o compartimento 7, na zona mais a Nordeste destaca-se pelo facto de ali se ter identificado, na camada 5, uma quantidade importante de *tegulae* invertidas (Maia, 1973, p. 3), material que, estando presente nos restantes, nunca atinge quantidades que façam supor uma cobertura do género. O autor avança a hipótese de se tratar de um pavimento, porém não colocamos de parte que esta concentração corresponda aos restos da construção de uma lareira. A cobertura deste núcleo, sem mais indícios provatórios, é apontada desde os anos 70 como sendo em terraço ou placa sobre abóboda de canhão (Maia e Maia, 1998, p. 68). De assinalar, igualmente, a identificação em alguns compartimentos de pequenas aberturas nos muros exteriores pouco acima do pavimento, como que de zonas de escoamento se tratassem (Maia, 1986, p. 203). Estas frestas que pontualmente rompem as paredes exteriores do edifício poderão consubstanciar a solução arquitectónica que dá resposta à necessidade de arejar e/ou iluminar um espaço fechado e presumivelmente apenas acessível pelo piso superior. Este pormenor ocorre de igual forma no *castellum* de Vale de Mértola (*Ibidem*) e no Castelo da Lousa (Paço e Leal, 1965, p. 181; Alarcão, Carvalho e Gonçalves, 2010, p. 40-41).

A área escavada na plataforma inferior (v. Figura. 4), separada da primeira plataforma por 5,5 metros e com 2,5 metros de desnível entre pavimentos, revelou um conjunto construtivo que se desenvolve no sentido das naves do núcleo central, ladeado por espessas paredes de 1 metro e com entrada pelo lado Sul. O espaço interior destas duas construções de grande porte foi subdividido longitudinalmente por uma parede espessa (com cerca de 70 centímetros) criando um corredor de cerca de 1 metro de largura, a partir da dita parede mais a Sul, que comunicava mediante dois vãos com outros dois compartimentos rectangulares separados por uma parede de cerca de 60 centímetros de largura. Tal como em alguns compartimentos na plataforma superior, o compartimento 1 desta zona apresentava orifícios que rasgavam a chamada “... terceira linha de muralha ...” (Maia, 1974b, p. 330-331).



Figura 5
Exemplo do aparelho
construtivo do sítio

As paredes são em alvenaria de xisto sem ligante (v. Figura 5), *opus incertum*, e revelam cuidado na sua execução, não sendo, segundo Vitruvius tão elegantes quanto o modo de construção que se lhe seguiu -*opus reticulatum*-, que é mais sólido (II-VIII, 111). Os adobes recolhidos não são em quantidade tal que permitam supor o seu uso em paredes, e escassos são também os fragmentos de estuque pintado. A interpretação dos registos de campo permite equacionar a existência de construções em terra, nomeadamente de um banco junto da parede Noroeste do corredor do núcleo central de construções. Quanto aos pavimentos, e à parte do uso generalizado de lajeados e terra batida, existem também vestígios de *opus spicatum* e referências em caderno de campo ao registo de uma camada caracterizada por “... um amontoado de tijolos em losango, de grandes dimensões, juntamente com tijolos rectangulares amarelados de pequenas dimensões e tijoleiras mais ou menos vulgares. Por baixo destes... uma nova camada deles.” (Maia, 1973). Pensamos tratar-se de um piso tipicamente itálico, utilizado em zonas residenciais, que devemos acrescentar aos exemplares já conhecidos para estas cronologias tardo republicanas do Monte dos Castelinhos, Castanheira do Ribatejo, estando presentes igualmente, por exemplo, no acampamento militar de Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta, 2013, p. 36, 75 e 76). Dos muitos exemplares detectados³ apenas uma amostra de três se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia (v. Figura 6). Registaram-se, ainda, vestígios raros de tijolo em quadrante.



Figura 6
Tijolo romboidal

As reocupações mais tardias, eventualmente de época islâmica, (v. Figura 4) imprimiram algumas alterações que dificultam o seu entendimento estratigráfico e arquitectónico (especialmente se atendermos que estamos a tratar de escavações antigas). A este respeito, parece certo que se inserem nestes episódios o fecho da porta que ligava o corredor da plataforma inferior com a intermédia; os acrescentos da parede que divide o Compartmento 1 e o troço de muro no enfiamento Sul da estrutura 4, subdividindo e anulando aquele espaço como corredor. A que se acrescentam as escadas que encostam a esta parede e culminam num piso lajeado cujo estrato de preparação está sobre um pavimento romano disposto sobre rocha, a par do muro 5 que cobre parcialmente o anterior muro 3. No núcleo central também se encontram vestígios destas ocupações como seja o acrescento de uma torre maciça no ângulo Sudeste do núcleo primitivo (Maia, 1974b, p. 331). Genericamente são construções menos cuidadas, adossadas ou sobrepostas às pré-existências.

4. Espólio

O estudo do espólio recolhido não se encontra terminado, pelo que apresentamos, aqui, um breve resumo e análise do mesmo.

Das cerâmicas importadas cabe destacar a exiguidade e as particularidades da cerâmica campaniense (v. Figura 7). Apesar da ausência marcante da F2300, a associação das produções de Cales/Teano nas formas F1220; 1410, F2270-80 e F2250-80 (com losango romboidal com palmetas nas extremidades, típico das produções calenas tardias) (Pedroni, 2000, p. 349-350) às produções em pasta cinzenta com as formas F2250-80 e F2650 permite-nos atribuir uma cronologia ao conjunto centrada no 3º quartel do século I a.C. (Alves, Mataloto e Soria, no prelo).

No conjunto de vasos de “paredes finas” (v. Figura 7), 171 fragmentos permitiram uma atribuição formal, sendo que cerca de 32.4% são produções de finais da República, inícios de Augusto. Aqui assiste-se à preferência pelos copos nas formas augustanas Mayet VIII e XXI (datadas genericamente da 2ª metade séc. I a.C.). Destas a forma VIII C de Mayet, é tida como pré-augustana (Mayet, 1975, p. 39), no entanto, e ainda que genericamente aceite esta cronologia, existem dados como os contextos de Santarém que permitem atestar a sua utilização até ao principado de Augusto (Arruda e Sousa, 2003, p. 263). A maioria dos bordos classificáveis do sítio em análise enquadram-se na forma XXI, que à luz dos dados de Cosa e Badalona são produções augustanas (López Mullor, 1981, p. 293). No entanto, o quadro de importação do sítio remete-nos para a zona da Bética, notando-se uma constância formal que oscila geralmente entre as formas Tibério-claudianas Mayet XXXVII e XXXVIII, com ténue superioridade da decoração a barbotina sobre a de tipo arenoso. As produções da Península Ibérica estão, ainda representadas por uns meros 2,4 pontos percentuais de produtos emeritenses, quase exclusivamente na forma da taça Mayet XLIII. A escassez de produtos emeritenses tem, obviamente, implicações na análise do quadro de consumo do sítio mas, igualmente, do ponto de vista cronológico, já que à luz dos novos dados da c/Almendralejo (Mérida) as produções desta colónia são inexistentes durante toda a 1ª metade do século I d.C., estabelecendo como seu início as décadas de 50/60 d.C. (Bustamante Álvarez, 2011, p.170). Portanto, no que às cerâmicas de “paredes finas” diz respeito, o sítio aqui em análise segue um padrão semelhante a outros locais da Lusitânia, onde a forma XXXVII domina, como, por exemplo, em Conímbriga (Alarcão, Delgado, Mayet, Alarcão e Ponte, 1976).

Em relação às lucernas, apesar de muito fragmentadas, foi possível reconhecer formas

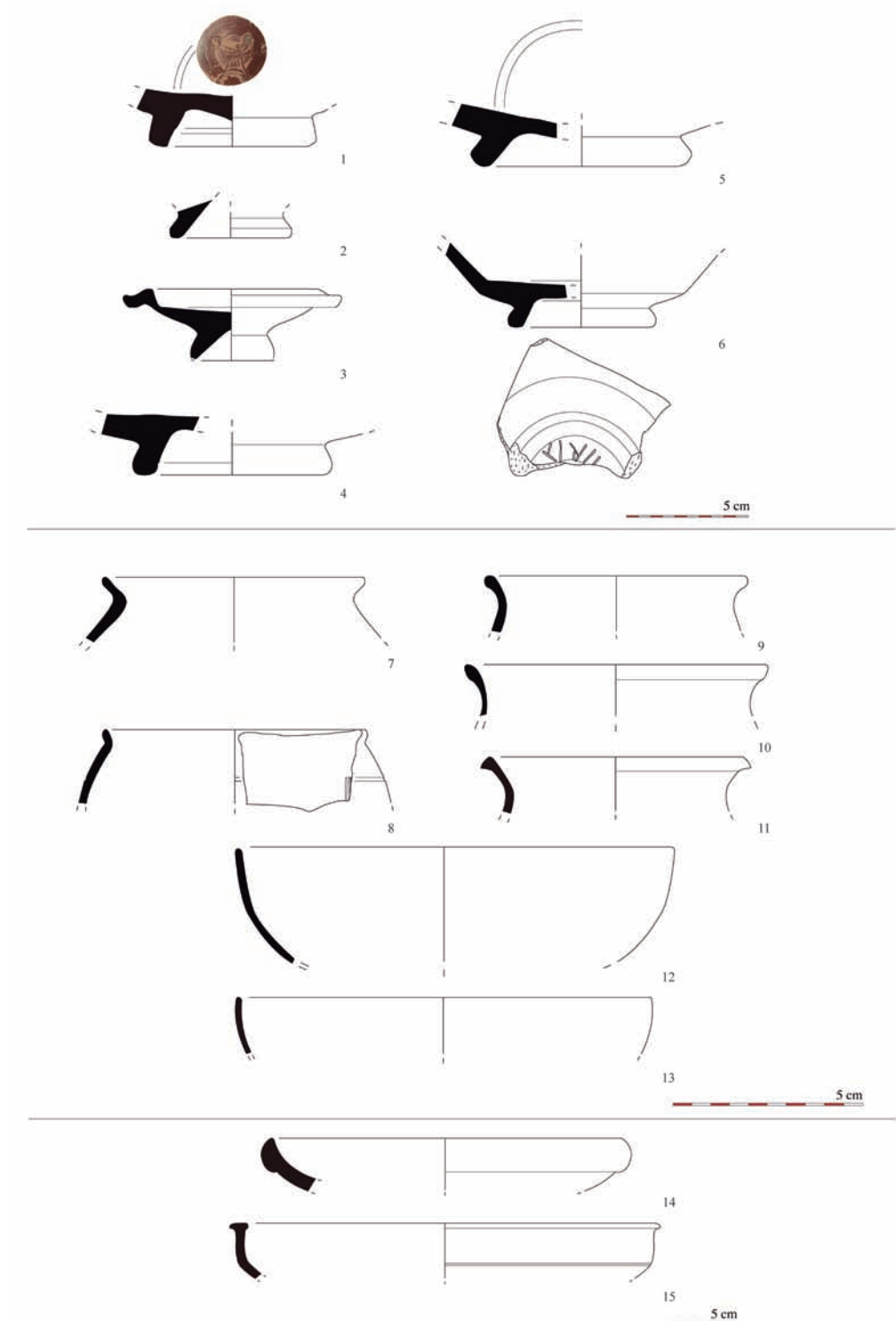


Figura 7

Cerâmica

Campaniense de pasta

cinzenta: Cerâmica

Campaniense B de

Cales/Teano: 1: F2270;

2: F1220; 3: F1410; 4-5:

F2250-80; 6: F2650;

Paredes finas: 7-8:

Mayet II; 9-11: Mayet

XXI; 12-13: Mayet VIII;

Cerâmica de engobe

vermelho pompeiano:

14: Aguarod 3; 15:

Aguarod 4

tardo republicanas (como a Dressel 2, genericamente de 2º e 3º quartel do séc. I a.C.), sendo o conjunto dominado pelas produções hispânicas e itálicas Alto Imperiais Dressel-Lamboglia 9, a par de escassos exemplares da forma Dressel-Lamboglia 16 e Dressel-Lamboglia 11/14, já da 2ª metade do século I d.C., estas, aliás, das mais difundidas neste período na Península Ibérica.

Os escassos fragmentos de cerâmica de engobe vermelho pompeiano classificáveis reportam-se às formas 3 de Aguarod, tida na bibliografia como rara no Mediterrâneo ocidental, quando comparada à 4 ou 6, sendo a última ausente neste sítio (v. Figura 7). Os exemplares aqui descritos são, aparentemente⁴, produções da Campânia (tipo 2 das pastas da Catalunha, definidas por Aguarod), que se podem estender aos reinados de Tibério ou Cláudio (Aguarod Otal, 1991, p. 63-71).

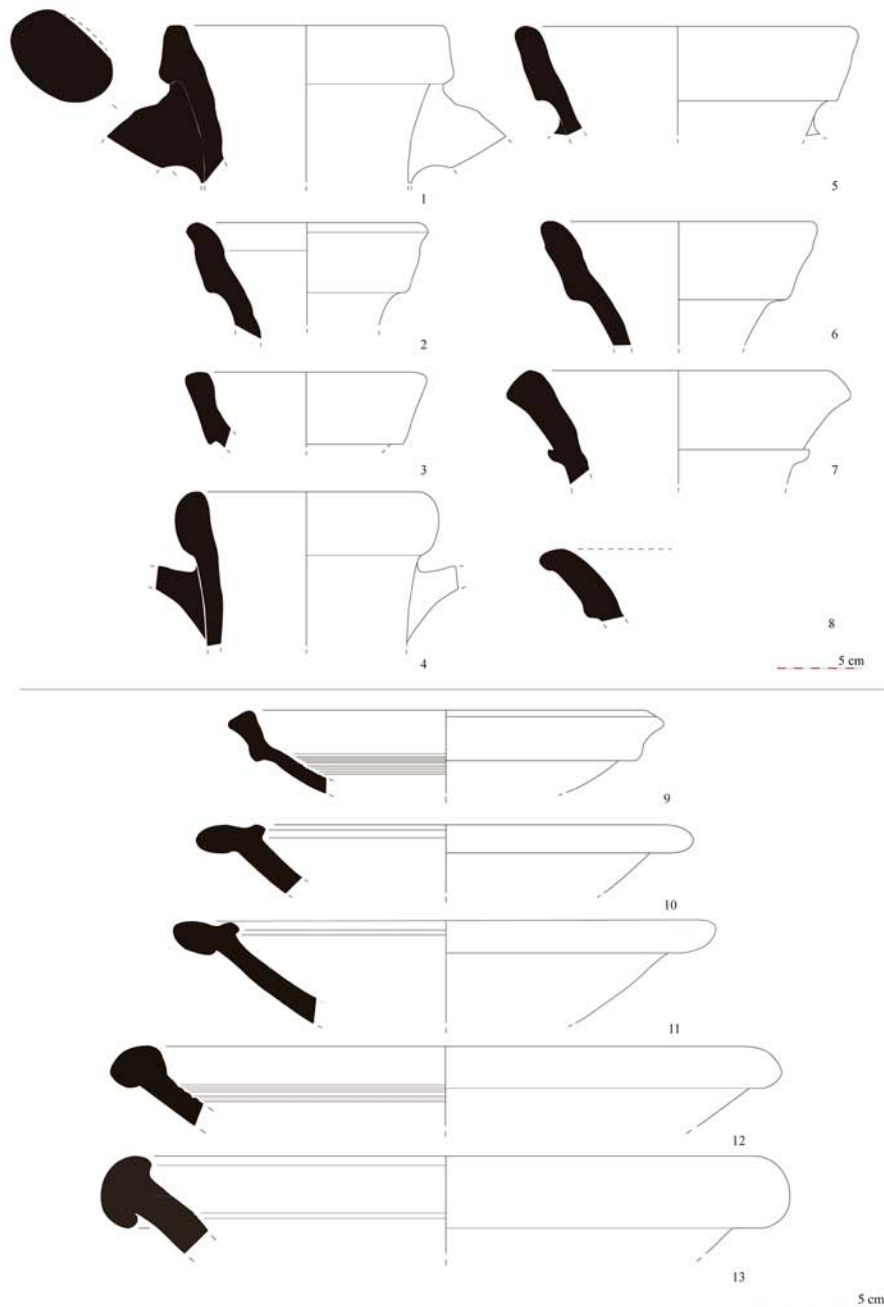


Figura 8
 Ânforas: 1: Lamboglia
 2; 2-3: ovóide 4; 4:
 ovóide 6; 5-6: Haltern
 70; 7-8: Dressel 7/11;
 Almofarizes: 9: forma
 2 de Santarém; 10-11:
 Dramon 1; 12: lábio
 arredondado; 13:
 bordo em martelo

Os contentores anfóricos são representados por 120 fragmentos classificáveis (v. Figura 8). Aqui, o panorama das importações resume-se a uma preferência esmagadora pelos produtos peninsulares, como seria de esperar, e em especial do vale do Guadalquivir. Destes recipientes⁵ destacam-se as formas republicanas: Classe 67 (ovóide 1), Classe 24 (ovóide 6) e com maior índice de presenças, só ultrapassado pelas Haltern 70 “iniciais”, a ovóide 4. Como produções extra-peninsulares, neste caso itálicas, registaram-se apenas dois fragmentos de Lamboglia 2 e um de Dressel 1. Entre 20-15 a.C. e o segundo terço do século seguinte (García Vargas; Almeida; González Cesteros, 2011, p. 244) o abastecimento está bem representado pela forma Haltern 70 “clássica”, com morfologias atribuíveis ao período Augusto-tiberiano, juntamente com as gaditanas Dressel 7/11.

Com as produções anfóricas e a par de um conjunto expressivo de cerâmica comum com a mesma origem, chegam alguns almofarizes (v. Figura 8). Destes cabe-nos destacar um dos mais antigos exemplares tardo republicanos de produção bética na forma 2 de Santarém (Arruda e Viegas, 2004, p. 344-345) e dois indivíduos de imitação bética do protótipo itálico Dramon 1. A estes há que acrescer a presença de outros com cronologias mais tardias, caso dos exemplares de lábio reentrante (um de produção local/regional), dos exemplares de bordo simples, além dos de bordo redondo. Enquanto os primeiros se poderão datar entre os finais do século I a.C. e o período pré-flaviano, o último apresenta uma cronologia mais lata, extensível ao século II d.C. (Arruda e Viegas, 2004, p. 346).

Das mais de sete centenas de fragmentos de *terra sigillata* analisados (v. Figura 9), verifica-se que no Monte Manuel Galo o grande volume de materiais do tipo itálico (cerca de 30% do conjunto) corresponde ao período de maior produção e difusão, com datações de finais de Augusto/inícios de Tibério. Assim, predominam os pratos das formas *Conspectus* 18 e 20 e as taças *Conspectus* 22 e 23, compondo o chamado serviço Haltern II. As marcas de oleiro podem obviamente trazer informações e firmar balizas cronológicas mais fidedignas e circunscritas, pelo que queremos salientar algumas das recolhidas no sítio e que até ao momento não foram dadas à estampa mas que, contudo, vêm confirmar os intervalos propostos com base nas publicadas anteriormente (Maia, 1974 e Maia, 1987). O centro oleiro que aqui, tal como nos restantes sítios do actual território português, assume maior representatividade é, efectivamente, o de Arezzo, e do qual destacamos a oficina de L. Annivs (OCK, tipo 164) com um período de laboração entre 10 a.C. e 10 d.C. Das restantes marcas com esta proveniência, e já conhecidas de outras publicações, como já referimos, cabe especial destaque para a mais antiga e rara de todo o conjunto em contextos afins. Referimo-nos à marca radial L.TE (OCK, tipo 2094) correspondente a Lucivs Tettivs, datada dos últimos 20 anos do século I a.C. que, a par dos escassos fragmentos das formas *Conspectus* 12 e 13, nos permitem fazer recuar o início das importações a pelo menos 10 a.C. O segundo centro produtor com maior índice de presenças é Pisa e, seguindo a lógica anterior, salientamos a presença do oleiro Zoilvs (OCK, tipo 2544), quer em cartela rectangular ou em planta *pedis*, datado de 5 a.C. a 50 d.C., sendo este o oleiro com laboração até mais tarde dos identificados no espólio do Monte Manuel Galo. A este último segue-se Vasanello como o terceiro e último centro identificado no sítio, do qual destacamos na mesma proporção do anterior (dois exemplares) o oleiro Qvartio (OCK, tipo 1599) datado entre 10 a.C. e 10 d.C. Assim, as restantes marcas itálicas já conhecidas revelam a preponderância dos produtos augustanos sobre os do período seguinte, de maior difusão, ainda que igualmente bem representados (v. Figura 9). Quantitativa e comparativamente o conjunto da *terra sigillata* sud-gálica assume uma discrepância de cerca de vinte pontos percentuais, onde as formas lisas mais difundidas no ocidente estão

também aqui presentes, ou seja, Dragendorf 15/17, 18/31, 24/25 e 27, com presenças menos expressivas, por exemplo, das formas Dragendorf 31, 33, 36 e Ritterling 8. Com os inícios do reinado de Tibério e a decadência das importações itálicas, a *terra sigillata* sud-gálica ganha importância, centrando o período de maior índice de consumo em Tibério—Cláudio. Paralelamente à diminuta expressividade das importações de *terra sigillata* hispânica, a escassez de formas típicas do serviço Flaviano, como Dragendorf 36, 37 e a ausência do tipo Curle 15 sugerem um declínio do consumo antes do final do século I d.C. (Viegas, 2003, p. 134). Por último uma pequena nota quanto ao conjunto de 35 fragmentos classificáveis de *terra sigillata* hispânica de tipo Peñaflores (v. Figura 9). As formas identificadas variam entre as taças tipos I (b, c ou e) e II (b), que se inspiram na *terra sigillata* de tipo itálico, e os pratos covos tipo III (a ou b), com respectivos sulcos no interior, afins da forma 6 de Aguarod das cerâmicas de engobe vermelho pompeiano (Amores Carredano e Keay, 1999). As cronologias referenciadas são pouco sólidas e muito discutidas, pelo que o conjunto se encaixa em todo o século I d.C., estando a fase mais tardia da produção patente no exemplar único do tipo Ie e nos pratos covos, cuja cronologia pode atingir finais desse século, princípios do seguinte. Este tipo regista apenas 5% do total das produções de *terra sigillata* no quadro das importações do sítio, tratando-se, portanto, de um serviço de carácter secundário.

Registaram-se, ainda, pesos de tear, alguns artefactos em osso, inclusive já dados à estampa, como uma régua ou o botão (Maia, 1974a), além de dois elementos associados à tecelagem e escassos fragmentos de vidro. Por último, resta apontar que o espólio metálico conta com mais de uma centena de elementos, na sua maioria em liga de ferro, com alguns exemplares em liga de cobre e excepcionalmente em liga de chumbo (v. Figura 10). Assim, registaram-se cinco fíbula do tipo *Aucissa*, algumas já publicadas (Maia, 1974a), um cabo de espelho, uma agulha de rede (laçadeira) e, para citar outro exemplo, um arreo de cavalo em liga de cobre; em liga de chumbo apenas uma conta e em ferro o espólio desdobra-se entre pregos, cavilhas, lâminas, um cabo de chave, entre outros indeterminados.

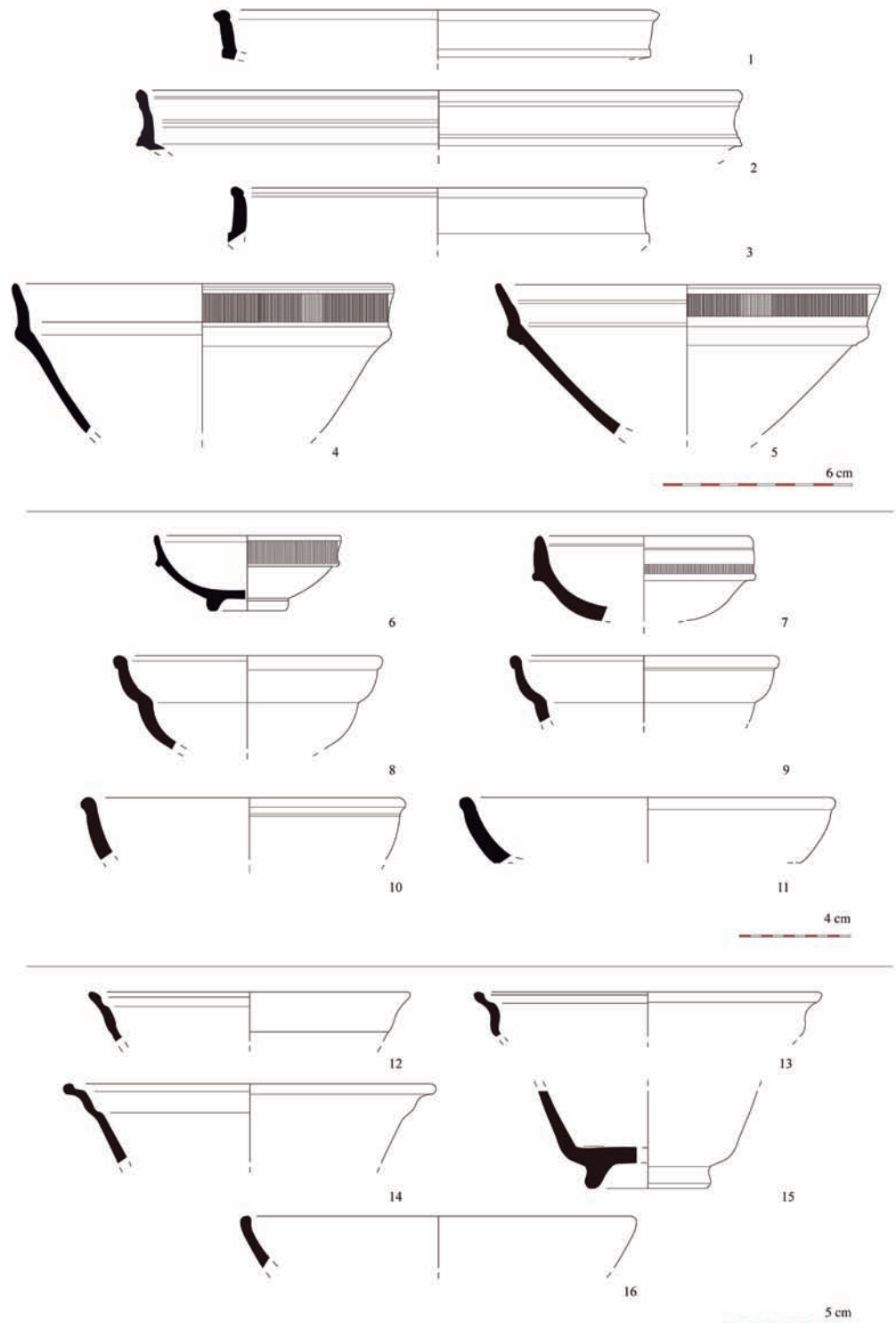


Figura 9
Terra Sigillata de tipo
 Itálico: 1-2: Consp.
 20; 3: Consp. 21;
 4-5: Consp. 22; *Terra
 Sigillata* sud-gálica:
 6-7: Drag. 24/25; 8-9:
 Drag. 27; 10-11: Drag.
 18/31; *Terra Sigillata*
 de tipo Peñaflor:
 12-15: tipo I de
 Martínez; 16: tipo III de
 Martínez

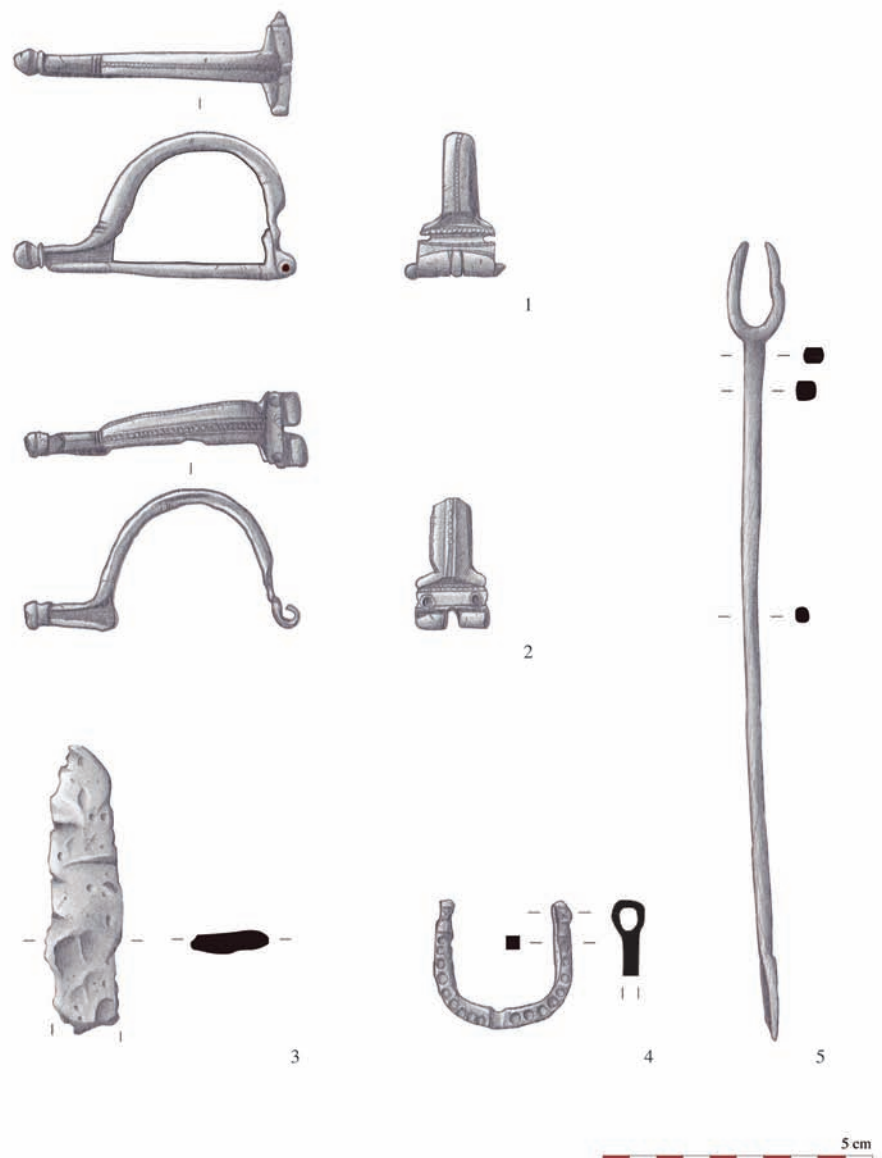


Figura 10
Metais: 1-2: Fíbula tipo Aucissa; 3: lâmina de faca em liga de ferro; 4: arreio de cavalo em liga de cobre; 5: laçadeira em liga de cobre

5. Algumas considerações finais

Sob a designação de *castella* foram contabilizados no Baixo Alentejo, pelo Dr. Manuel Maia, 20 monumentos (Maia, 1986). Assim, registou-se no concelho de Castro Verde: os Castelos da Amendoeira, de Caminha, de Vale de Mértola, da Chaminé das Cabeças, dos Namorados, dos Almarjões e o Castelinho dos Mouros. No concelho de Almodôvar: os Castelos dos Mestres, de Almodôvar, dos Gorazes, do Cerro do Malhão Largo e da Caiada Velha; e em Mértola: os Castelos da Fonte Santa, da Quintã de Dona Maior, do Castelejo, do Papa Leite e do Monte Manuel Galo. Neste grupo o autor contabilizou, igualmente, o Castelo das Juntas, cujas características e cronologia de fundação, mais antiga, não se poderá incluir neste inventário, além dos *castella* na região algarvia: Castelinho dos Mouros e o Castelo de Alcaria Cova, em Alcoutim.

Da lista acima referida, o investigador levou a cabo a escavação “... quase integral...” de dois deles –Monte Manuel Galo e Castelinho dos Mouros-, tendo realizado “...sondagens...” em quatro –Castelo de Vale de Mértola; Castelo da Amendoeira; Castelo dos Namorados e Castelo da Chaminé das Cabeças (Maia, 1986).

Apesar das vicissitudes de cada caso e ainda que não se possa falar de um modelo unitário extrapolável, é notório o que se pode designar de um mesmo “ar de família” entre os diversos sítios integrados na categoria de *castellum*. Em termos arquitectónicos são sempre construções em alvenaria de planta rectangular (que não excedem os 15 metros de largo), com o corpo central no topo da elevação, a que se associam outras construções em sucessivas plataformas artificiais e muradas. O interior do recinto central é subdividido de forma tripartida, com duas alas laterais compartimentadas e um corredor comunicante, ao centro. Actualmente conhecem-se quatro plantas, a saber: a do Castelo do Monte Manuel Galo, a do Castelo dos Namorados, do Castelo da Chaminé das Cabeças e do Castelinho dos Mouros (Maia, 1986). Será de destacar, como diferenças mais evidentes, a dimensão do *castellum* dos Mouros, ligeiramente mais pequeno e a aparente subdivisão do dito corredor no Castelo dos Namorados, criando um espaço de menor dimensão e forma rectangular. Ainda que, e neste caso em específico, não tenhamos como certo que este fosse o projecto arquitectónico original, devendo equacionar-se a hipótese de se tratar de um acrescento mais tardio. De qualquer forma constata-se, entre as plantas conhecidas (quatro, reforce-se) alguma homogeneidade não só na arquitectura como no tipo de enquadramento paisagístico escolhido para a sua implantação, ou, por exemplo, nos materiais utilizados na construção das respectivas estruturas positivas e horizontais.

Os ditos *castella* do Baixo Alentejo parecem corresponder a um novo modelo de implantação territorial, conhecido e especialmente concentrado nas regiões de Castro Verde e Almodôvar⁶. Esta nova forma de ocupar o espaço consubstancia-se, genericamente, no aproveitamento de pequenas elevações, sempre próximas de linhas de água (afluentes do Guadiana, como a Ribeira de Cobres ou de Oeiras), quase sempre com bom domínio visual e, presumivelmente, com razoáveis condições de defesa, ainda que os cerros escolhidos nem sempre sejam os de maior altitude na envolvência.

O Monte Manuel Galo carece das melhores condições de implantação passíveis de lhe conferirem boas condições de defesa e domínio visual em todos os quadrantes. De salientar que pelo lado Sul-Sudoeste o sítio não tendo grande desnível também não possui a continuação do perímetro das plataformas atrás descrito. Parece claro que nem a limitação do sítio nas diferentes cinturas pétreas, nem a escolha do cerro podem ser linearmente associadas com técnicas defensivas no sentido bélico do termo. O próprio espólio não

encerra em si nenhum marcador claro de confronto belicista, pelo que a funcionalidade do (s) sítio (s) deste tipo no Baixo Alentejo terá que se relacionar com outros factores, que se mantêm, ainda, difíceis de apurar. No entanto, e com isto não colocamos de parte a ideia de na origem se relacionarem com a necessidade de controlo e protecção do território rural do que será a futura província da Lusitânia. A feição arquitectónica destes edifícios e o termo latino escolhido pelos investigadores para os designar associa-se ao mundo militar, de conflito. Na segunda metade avançada do século I a.C. (e estes sítios não recuam de forma alguma a momentos anteriores) todo o Sul peninsular deveria estar pacificado, pelo que mais uma vez, esta noção e associação a um espaço e tempo em efectiva convulsão choca num aparente contra censo, dado o intervalo cronológico da (s) sua (s) edificação (ões). O que não implica que os efeitos dos episódios conturbados decorrentes das guerras entre César e Pompeio em território hispânico não se tenham repercutido, até bem tarde, num clima de incerteza, o que associado ao plano de estabilização do Império e reorganização do espaço provincial em finais do século I a.C., tenha dado lugar a estes ensaios em áreas há muito pacificadas mas, a exigir o reconhecimento e a articulação efectiva com um território ainda não totalmente consolidado.

Não se conhecem paralelos no período que antecede a romanização do Sudoeste para este tipo de construções o que reforça a singularidade das mesmas. São, portanto, edifícios romanos sem ligação ao mundo indígena, o que também é observável no espólio recolhido e por isso incontornáveis nas abordagens à ocupação e apropriação romana do território do Sudoeste peninsular.

A ausência de níveis pré romanos, não só verificável no caso aqui descrito mas igualmente nos restantes *castella* do Baixo Alentejo, associado ao quadro de importações (*supra* descrito, ainda que de forma sumária e preliminar) coloca em evidência a ocupação do cerro do Monte Manuel Galo por uma população perfeitamente romanizada e integrada nos circuitos comerciais de finais da República aos finais do século seguinte. Em meados do primeiro século da nossa Era o sítio parece perder a importância e pujança do período imediatamente precedente. Esta dinâmica estará, em nosso entender, intrinsecamente conectada com a função inicial destes edifícios, que no decorrer da 2ª metade do século I d.C. já se não deveria adequar à nova realidade económica, produtiva e social provincial. De tal forma que parece assistir-se a um ajuste de alguns, como o Castelo dos Namorados, por forma a integrar-se no novo tecido produtivo romano, enquanto outros serão definitivamente abandonados.

De momento não arriscamos a definição de uma funcionalidade ou funcionalidades específicas para este tipo de sítios, mas parece certo que o desígnio da sua construção não se mantêm presente ao largo do século I d.C. Em todo o caso, e independentemente das *nuances* cronológicas, funcionalidades atribuídas, tipologia ou nomenclatura postadas na bibliografia peninsular, povoar a paisagem de pequenos pontos é certamente estratégico e extensível a outras regiões, como seja o Alto Alentejo (Mataloto, 2002).

O sítio não se esgota em si mesmo e tem de ser enquadrado segundo uma perspectiva de análise do território e da paisagem num confronto com os dados de outros sítios com ocupações coevas nesta área geográfica baixo alentejana. O Monte Manuel Galo deve ser lido, então, não só a passo com a análise dos restantes *castella* conhecidos na região, mas à luz de uma rede de povoamento mais alargada e diversificada na sua forma, como sejam as *villae* com ocupações augustanas da Courela das Antas, ou Horta da Apariça, na Vidigueira (Fabião, 1997, p. 247), ou a *villa* romana das Neves, em Castro Verde (Maia e Maia, 1996),

a título de exemplo. A convivência cronológica de algumas destas novas estratégias de ocupar o espaço durante o primeiro século da nossa Era põe em evidência a diversidade de possibilidades de povoamento e poderá explicar algumas destas problemáticas.

O sítio do Monte Manuel Galo assume, assim, importância na compreensão da transição entre o mundo tardo republicano e o Alto Império num mundo rural em mutação e construção, reflectindo uma estruturação territorial padronizada de fundo romano.

BIBLIOGRAFIA:

- AGUAROD OTAL, C. (1991)** – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- ALARCÃO, J., CARVALHO, P e GONÇALVES, A. (2010)** – A arquitectura do Castelo da Lousa. In ALARCÃO, J., CARVALHO, P e GONÇALVES, A. (coords.) (2010) *Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitania). Mérida, p. 37-64.
- ALARCÃO, J., DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. e PONTE, S. (1976)** – In ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., (eds.) - *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Bocard.
- ALVES, C., MATALOTO, R., SORIA, V. (no prelo)** – As produções de imitação da campaniense itálica em pasta cinzenta no Sul do território actualmente português. *II Congresso Internacional da SECAH – EX OFFICINA HISPANA*. Braga, de 3 a 6 de abril de 2013- no prelo
- AMORES CARREDANO, F., KEAY, S. J. (1999)** – Las sigillatas de imitación tipo Peñaflores o una serie de Hispánicas Precoces. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I., eds. - *Terra sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales. Homenaje a M. Ángeles Mezquíriz*, Jaén/Málaga: Universidad de Jaén/Universidad de Málaga, p. 235-252.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. 6:1, p. 235–286.
- ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2004)** – Les mortiers de l’Alcáçova de Santarém (Portugal). *SFECAG, Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2011)** – Nuevas consideraciones cronológicas en torno a la producción de paredes finas emeritenses. *Zephyrus*. LXVII, p. 161-170.
- FABIÃO, C. (1997)** – A Romanização do actual Território Português. In Mattoso, J. (coord.) *História de Portugal: Antes de Portugal*. Editorial Estampa. Lisboa. 1, p. 191-265.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R.; GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco. De los envases hispanos del siglo I a.C. un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *Spal*. Sevilla. 20, p. 185-283.
- LOPÉZ MULLOR, A. (1981)** – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Catalunya*. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- MAIA, M. (1973)** – Relatório da segunda campanha de escavações no Castelo do Manuel Galo, Mértola.
- MAIA, M. (1974a)** – 1ª Campanha de Escavações Realizada no Cerro do Castelo do Monte Manuel Galo (Mértola). Uma possível Fortaleza Romana. *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*. AAP. Lisboa. Vol. 2, pp. 139-155.
- MAIA, M. (1974b)** – Fortaleza Romana do Monte Manuel Galo (Mértola). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*. Porto. Vol. 1, pp. 325-333.
- MAIA, M. (1986)** – Os Castella do Sul de Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Madrid. 27, pp. 195-222.
- MAIA, M. (1987)** – *Romanização do território hoje português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural 218-14 d.C.* Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: mimeografado.
- MAIA, M.G.P. (1974)** – Notas sobre a “Terra Sigillata” do Manuel Galo (Mértola). Enquadramento cronológico. *Actas das II Jornadas Arqueológicas. (Lisboa, 1972)*. AAP. Lisboa. Vol. II, p. 157-174.
- MAIA, M.G.P. e MAIA M. (1996)** – Arqueologia do Couto Mineiro de Neves Corvo. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal. p. 83-93.
- MAIA, M.G.P. e MAIA M. (1996)** – Os castella do Sul de Portugal e a mineração da prata nos primórdios do Império. In REGO, M., ed. - *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal. p. 60-81.
- MATALOTO, R. (2002)** – Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5:1, p. 161-220.
- MAYET, F. (1975)** – *La céramique a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Bordéus. Centre Pierre/CNRS. Paris.
- OXÉ, A. ; COMFORT, H. ; KENRICK, P. (2000)** – *Corpus Vasorum Arretinorum. A Catalogue of the signatures, shapes and chronology of italian sigillata*. Second edition completely revised and enlarged. Antiquitas. 3:41. Bonn: Rudolf Habelt GmbH.
- PAÇO, A. e LEAL, J.B. (1965)** – Castelo de Lousa, Mourão (Portugal). Una fortificación romana de la margen izquierda del Guadiana. *Archivo Español de Arqueología*. 39, p. 167-183.
- PEDRONI, L. (2000)** – Produzione e diffusione della ceramica calena “media”: problemi e ipotesi di lavoro. In AQUILUÉ ABADÍAS, X., GARCÍA ROSELLÓ, J. e GUITART DURAN, J. (coords.) *La ceràmica de vernís negre dels segles II i I a.C.: Centres productors mediterranis I comercialització a la Península Ibèrica*. Taula rodona, (Empúries 1998). Mataró: Museu de Mataró / Museu de Catalunya (Empúries) / Universitat Autònoma de Barcelona. p. 149-176.

PEREIRA, G. (1897) – Notas d'Archaeologia – Montes fortificados da Cola e Castro Verde. Évora.

PIMENTA, J. (2013) – A arquitectura do Monte dos Castelinhos. In PIMENTA, J. (coord.) - *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo*. p. 31-42.

VASCONCELOS, J. L. (1933) – Excursão pelo Baixo-Alentejo. *O Archeólogo Português. (1930.1931)*. Lisboa. 29, p. 230-246.

Viegas, C. (2003) – *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.

VILLAS-BOAS, Fr. M. do C. (1813) – *Graças Concedidas por Christo no Campo de Ourique Acontecidas em Outros Tempos, e Repetidas no Actual Conformes aos Desenhos de suas Idades*. Lisboa. Impressão Régia.

Fontes:

VITRÚVIO, M.L. *Los diez libros de arquitectura* (tradução de) Blánquez, A. Gabriel (2000) – Editorial Iberia, Barcelona

Carta Militar Portuguesa 1:25 000, folha n° 565

NOTAS

- ¹ Bolseira da FCT. UNIARQ.
- ² É importante referir que as observações em seguida efectuadas resultam, não só dos dados já publicados sobre o sítio como da leitura e interpretação dos cadernos de campo, gentilmente disponibilizados pelo Dr. Manuel Maia.
- ³ Informação oral, gentilmente cedida, pelo responsável das intervenções Dr. Manuel Maia.
- ⁴ As pastas de alguns exemplares encontram-se sobreaquecidas pelo que é, manifestamente, difícil apurar os seus constituintes não plásticos.
- ⁵ Queremos aqui agradecer a cedência dos dados preliminares referentes ao estudo em curso efectuado pelo Dr. Rui Roberto de Almeida, a quem pertence a autoria das classificações anfóricas mencionadas neste artigo. O conjunto anfórico do Monte Manuel Galo é, então, parte integrante no projecto de doutoramento intitulado: “Ex Baetis ad Occidentem. O comércio marítimo de alimentos desde o Guadalquivir para a Lusitânia (séculos I a.C. – V / VI d.C.)”
- ⁶ importa salientar que o quadro de dispersão destes sítios pode na realidade ser apenas reflexo da geografia das investigações